

Perspectivas da investigação

April 7, 2020

Gestão de resíduos: ¿Qué ha cambiado desde Brumadinho?

Com as concentrações de minérios valiosos a continuarem a decrescer nas minas de todo o mundo, a indústria mineira tem de lidar com os enormes volumes de desperdícios remanescentes, conhecidos como resíduos, que são gerados em resultado dos seus complexos processos químicos. Habitualmente canalizados para grandes reservatórios superficiais e retidos por barragens de aterro, os resíduos armazenados constituem, de longe, o maior risco de impactos graves da indústria mineira.

Embora a dimensão e as consequências da rutura da barragem de Brumadinho, no ano transato, tenham sido extremas, ocorreram regularmente outros desmoronamentos de barragens de resíduos nos últimos dois anos em países como o Brasil, o Peru, a Rússia, a Austrália e a China, e a taxa de incidência dessas derrocadas tem vindo a aumentar há algum tempo¹. E os resultados do Relatório RMI Report 2018 demonstraram que a empresa de exploração Vale não estava a apresentar um desempenho pior do que a grande maioria das outras grandes empresas em matéria de acompanhamento, revisão e ação para melhorar a gestão dos riscos dos resíduos.

O desastre de Brumadinho gerou uma abundância de declarações da indústria e o interesse dos meios de comunicação social sobre a segurança dos resíduos, mas terá realmente mudado alguma coisa desde 2018 e será menos provável que ocorram derrocadas de natureza tão catastrófica no futuro?

O mais recente estudo da Responsible Mining Foundation (RMF), publicado no Relatório [RMI Report 2020](#), revela que, embora uma iniciativa conduzida por investidores tenha resultado na melhoria da transparência acerca das instalações de armazenamento de resíduos (IAR) das empresas, estas, na sua grande maioria, continuam a não conseguir demonstrar que estão a analisar o grau de eficácia da sua gestão dos riscos relacionados com IAR e a tomar medidas de resposta sempre que necessário. E, crucialmente, muito poucos sítios mineiros apresentam elementos comprovativos da prestação de informações às comunidades locais sobre o que fazer em caso de incidente relacionado com resíduos.

Comentando o lançamento do Relatório RMI Report 2020, o Dr. Bruno Oberle, Presidente da Global Tailings Review, afirmou:

“ Com mais empresas a divulgarem agora dados sobre as localizações e características das suas instalações de armazenamento de resíduos, o Relatório RMI Report 2020 lança luz sobre a escassez de informação pública no que respeita ao grau de eficácia da gestão dessas instalações pelas empresas mineiras. Conforme a Global Tailings Review avança, os resultados do Relatório RMI Report 2020 reforçam ainda mais a necessidade urgente de criar um padrão global que permita uma mudança gradual na gestão segura das instalações de resíduos em todo o sector.”

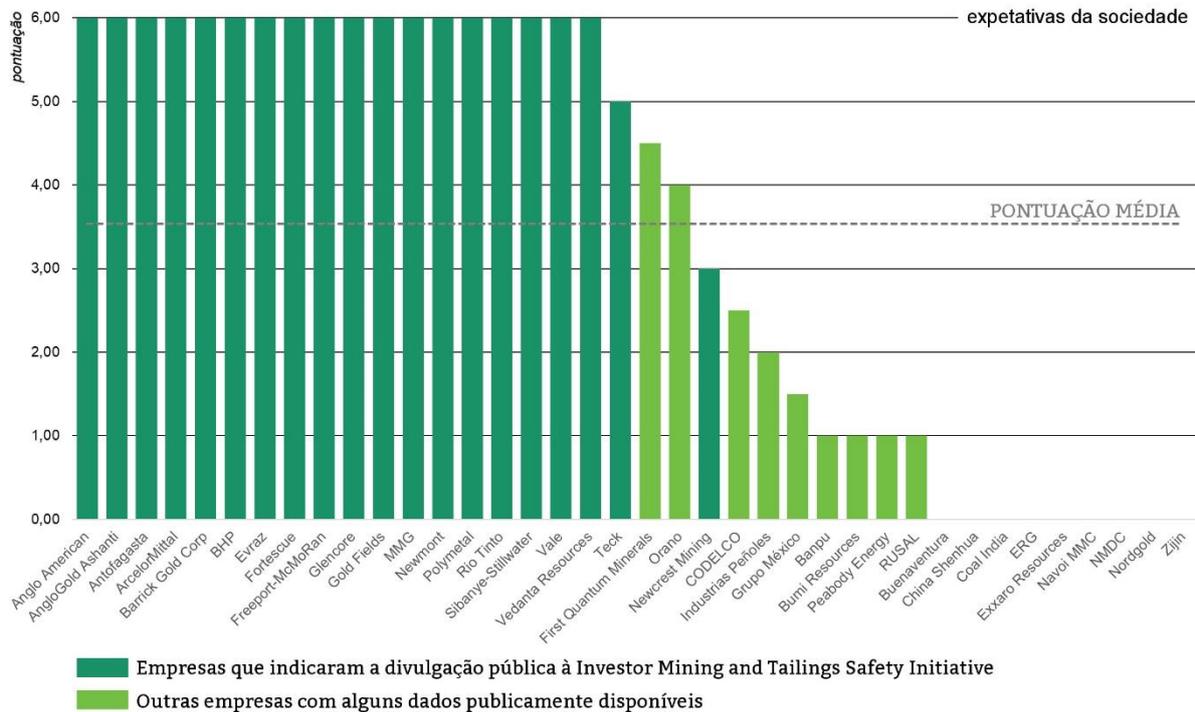
Mais informação publicamente disponível sobre instalações de armazenamento de resíduos

Antes do desastre de Brumadinho, não havia um registo público mundial de IAR e, no geral, as empresas mineiras não divulgavam publicamente nem sequer a localização das suas IAR; muito menos informações sobre a segurança das mesmas, informações essas de interesse crucial para acionistas, investidores, seguradoras e governos, bem como para as comunidades e os trabalhadores.

Em resposta, um grupo de investidores, encabeçado pelo Church of England Pensions Board e pelo Conselho Sueco de Ética dos Fundos de Pensões, estabeleceu a [Investor Mining and Tailings Safety Initiative](#), ou Iniciativa de Investidores para a Segurança das Minas e dos Resíduos, e solicitou a mais de 700 empresas extrativas que partilhassem publicamente tais informações. Cerca de 50% das empresas responderam, incluindo 45 das 50 maiores empresas mineiras.

Tal melhorou significativamente a disponibilidade de dados básicos sobre as IAR: o Relatório RMI Report 2020 concluiu que cerca de metade das 38 empresas avaliadas tinham divulgado publicamente o número e a localização exata das suas IAR (ver a Figura 1), sobretudo por meio da sua resposta ao pedido dos investidores.

Figura 1 Dados públicos sobre a localização e a segurança de todas as IAR (à data de dezembro de 2019)
(Resultados do Relatório RMI Report 2020 - F.02.2)



Dependência cada vez mais profunda de estruturas arriscadas

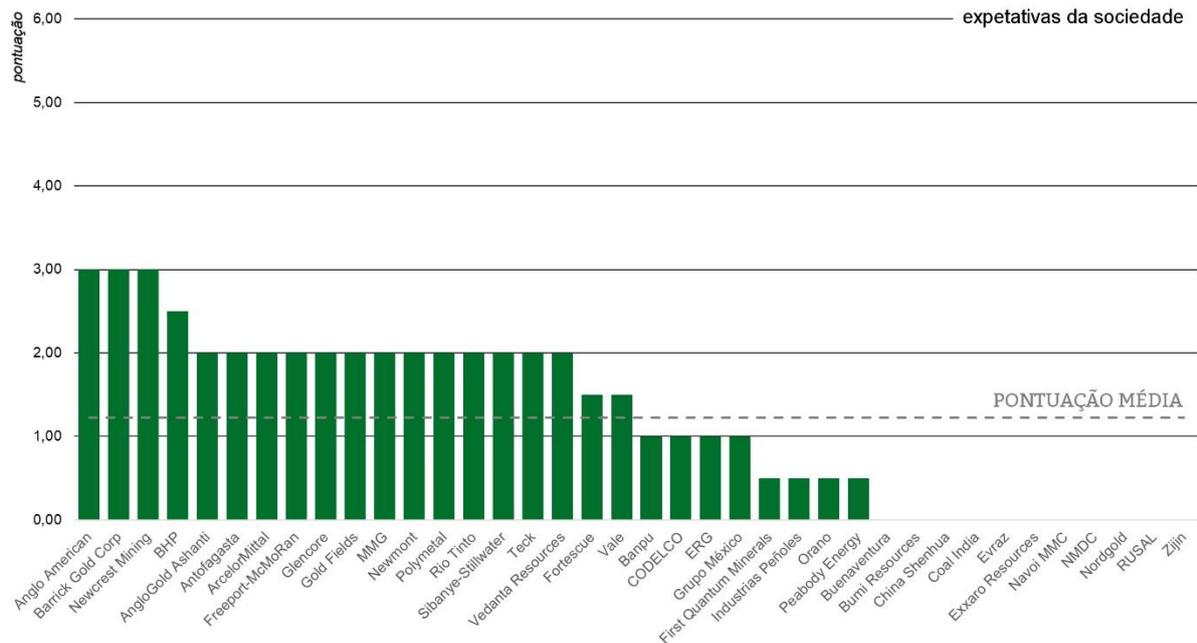
Estas divulgações recentes sobre IAR revelaram uma tendência preocupante: segundo as informações disponíveis, as empresas estão a planear aumentar o volume de resíduos armazenado em IAR construídas a montante (o tipo de barragem que aluiu em Brumadinho), o que significa um acréscimo de 24% para 30% na percentagem do total de resíduos armazenada nessas estruturas, 92% das quais estão atualmente classificadas como tendo um potencial de risco elevado.²

Inexistência de melhorias no acompanhamento pelas empresas da eficácia da sua gestão de riscos dos resíduos

Tal como no caso do Relatório RMI Report 2018, somente um punhado das 38 empresas avaliadas no Relatório RMI Report 2020 apresentou elementos comprovativos da realização por terceiros de auditorias ou revisões da eficácia da sua gestão das IAR, além de que tais revisões são muitas vezes limitadas no âmbito. São ainda menos as empresas que apresentam elementos comprovativos da tomada de medidas de resposta com base nessas revisões, a fim de melhorar o seu desempenho em matéria de gestão dos riscos relacionados com as IAR. Na verdade, como mostra a figura 2, nenhuma empresa obteve mais de 50% neste indicador.

Se não conseguirem “saber e demonstrar” como se estão a sair no que respeita à prevenção da rutura de barragens de resíduos e outros problemas das IAR, como as infiltrações, as empresas terão dificuldade em combater o défice de confiança que se encontra geralmente nas áreas mineiras e as preocupações acerca dos riscos das IAR entre os investidores, financiadores, governos e outras partes interessadas.

Figura 2 Dar resposta aos riscos potenciais relacionados com as IAR, incluindo as infiltrações e a rutura de barragens
(Resultados do Relatório RMI Report 2020 - F.02.3)



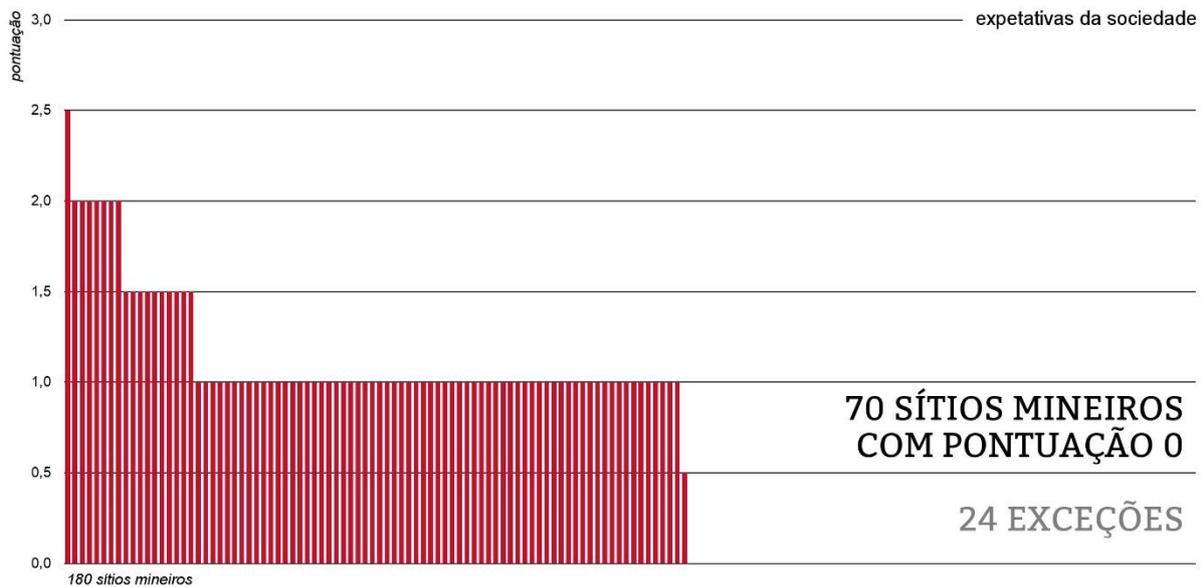
Carência de informação local sobre riscos e procedimentos de emergência em caso de incidentes com resíduos

O Relatório RMI Report 2020 concluiu que menos de 10% dos 180 sítios mineiros avaliados divulgam publicamente a área potencialmente afetada por uma derrocada das suas instalações de resíduos.

Além disso, muito poucos sítios mineiros demonstram ter informado as comunidades locais sobre o que fazer em caso de incidente relacionado com resíduos. Consulte a Figura 3 para pormenores.

A divulgação robusta dessas informações, de potencial importância vital para as partes interessadas locais, deveria, naturalmente, ser a norma.

Figura 3 Dados públicos e participação na gestão de resíduos ao nível dos ativos
(Resultados do Relatório RMI Report 2020 – MS.09)



Recomendações para o reforço do futuro Global Tailings Standard

Está presentemente a ser finalizado um novo padrão global em matéria de gestão de resíduos por um grupo de várias partes interessadas, a [Global Tailings Review](#), convocado conjuntamente pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), pela iniciativa Princípios para o Investimento Responsável (PRI, ou Principles for Responsible Investment) e pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, ou International Council on Mining and Metals).

O Global Tailings Standard, ou Padrão Global sobre Resíduos, é certamente um primeiro passo positivo, mas é de importância crucial não perder esta oportunidade para elevar significativamente a fasquia da gestão de resíduos, assegurando que o padrão dê uma resposta adequada às questões fulcrais da transparência, do envolvimento e do respeito pelas partes interessadas locais que vivem e trabalham com os riscos de derrocada das IAR.

Uma vez que está atualmente em curso o processo para finalizar este novo padrão, a RMF recomenda vivamente que o mesmo estabeleça requisitos claros sobre os pontos seguintes:

– Formatos de dados abertos para gerir o risco: as empresas devem divulgar publicamente e ao nível dos sítios mineiros individuais todos os dados de interesse público sobre a sua gestão de IAR, a segurança de tais estruturas e os procedimentos de preparação para

emergências a observar em caso de derrocada de IAR. Tais dados são cruciais para os investidores, financiadores, governos e partes interessadas locais.

– Envolvimento significativo com as partes interessadas locais: as empresas devem tomar medidas de envolvimento antecipadas e contínuas para esclarecer as partes interessadas locais (comunidades, trabalhadores) acerca dos riscos e impactos potenciais em caso de derrocada e para envolver as partes interessadas locais na conceção e no ensaio de planos de preparação para emergências.

– Medidas robustas para fazer face às IAR de alto risco existentes: as empresas devem assegurar a segurança das IAR existentes e, sempre que necessário, desativar e desmantelar as IAR que não seja possível tornar seguras. Estas disposições devem aplicar-se a todas as IAR cuja derrocada seja suscetível de causar *qualquer* perda de vidas.

– Prestação de contas mais vasta pela gestão de riscos das IAR: as empresas devem atribuir à direção superior responsabilidades mais amplas pela segurança das instalações de resíduos, por forma a incluir não apenas um membro dos quadros superiores, mas também o Conselho de Administração.

– Consentimento livre, prévio e informado (CLPI): em harmonia com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o respeito pelo direito das populações indígenas ao CLPI deve ser obrigatório em todas as fases do planeamento, da conceção e da implementação. Para lá deste direito internacionalmente reconhecido de dar consentimento ou não, o padrão pode harmonizar-se melhor com a aceitação generalizada de que o princípio do CLPI deve ser aplicado de forma mais geral, exigindo às empresas que o solicitem a todas as comunidades potencialmente afetadas.

– Eliminação de resíduos em ambientes lacustres, fluviais e marinhos: em consonância com a dinâmica crescente dos bancos internacionais e mutuantes multilaterais, o padrão deve banir a utilização destes métodos de eliminação e exigir compromissos formais, à escala das empresas, de não-utilização dos mesmos. O Relatório RMI Report 2020 concluiu que pelo menos oito das empresas avaliadas estão a descarregar ativamente resíduos para ambientes fluviais ou marinhos ou a armazená-los no leito marinho. Além disso, só uma empresa se comprometeu formalmente a não utilizar tais métodos de eliminação.

¹ Consulte www.worldminetailingsfailures.org.

² WMTF, disponível em 2020. Situação dos Resíduos Mineiros Mundiais 2020. World Mine Tailings Failures www.worldminetailingsfailures.org.

Responsible Mining Foundation

O Relatório é elaborado pela Responsible Mining Foundation (RMF), uma organização de investigação independente que incentiva a melhoria contínua da mineração responsável em todo o sector através do desenvolvimento de ferramentas e estruturas, da partilha de dados de interesse público e da facilitação de um envolvimento informado e construtivo entre empresas mineiras e outras partes interessadas.

Como fundação independente, a RMF não aceita financiamento ou outras contribuições da indústria mineira. www.responsibleminingfoundation.org

Isenção de responsabilidade

As ilações, conclusões e interpretações do artigo Relatório Responsible Mining Index (RMI) Report 2020 não representam necessariamente os pontos de vista dos financiadores, dos administradores e dos trabalhadores da Responsible Mining Foundation (RMF) nem de outros que participaram em consultas e como consultores do relatório.

O artigo relatório tem finalidades meramente informativas e não visa servir de material promocional sob nenhum ponto de vista. O relatório não se destina a facultar recomendações ou conselhos contabilísticos, jurídicos, fiscais ou de investimento, nem pretende constituir uma oferta ou solicitação de compra ou venda de qualquer instrumento financeiro.

Embora tenham sido envidados todos os esforços para verificar a exatidão das traduções, a versão em língua inglesa deve ser tomada como versão definitiva.

Aviso sobre direitos autorais

Todos os dados e o conteúdo escrito estão licenciados nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 (CC BY-NC 4.0).



Os utilizadores são livres de partilhar e adaptar o material, mas têm de dar o devido crédito, facultar uma ligação à licença e indicar se foram feitas alterações. O material licenciado não pode ser utilizado para fins comerciais, nem de forma discriminatória, degradante ou deturpada. Quando citado, atribuir a: «Responsible Mining Foundation (RMF), 'Gestão de resíduos: ¿Qué ha cambiado desde Brumadinho?' (2020)». O conteúdo de fotos está excluído desta licença, exceto onde indicado.

www.responsibleminingfoundation.org